



N.º 1414 | AGOSTO 2019 | DIRETORA **EDITE ESTRELA**

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



ACÇÃO SOCIALISTA

BALANÇO  
**4 ANOS  
A CUMPRIR**  
P14

PROGRAMA ELEITORAL  
**4 GRANDES  
DESAFIOS**  
P14



APRESENTADOS EQUIPA E PROGRAMA ÀS LEGISLATIVAS

# CONFIANÇA E COMPROMISSO COM O PAÍS

PÁG. 2

## ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA  
AQUI



DIAS ÚTEIS  
**ÀS 17H**

CONTEÚDOS  
EXCLUSIVOS



ENTREVISTA A PAULO CAFÔFO

# A MADEIRA TERÁ A CORAGEM PARA MUDAR

**É já no próximo dia 22 de setembro que os madeirenses e porto-santenses irão escolher o seu futuro governo. A pouco mais de um mês das eleições que podem sufragar uma nova governação na Madeira, o Acção Socialista falou com Paulo Cafôfo, ouvindo o candidato do PS a presidente do Governo Regional sobre as propostas para concretizar uma mudança histórica na Região.**

**Em 2013 foi o rosto da mudança no Funchal, arredando o PSD da Câmara. Sente-se preparado para uma nova página histórica na Região em 2019?**

Orgulho-me de ter liderado o projeto que materializou a vontade de mudança no Funchal em 2013 e que foi reforçada em 2017 com a conquista da maioria absoluta. Aceitei o convite que o Partido Socialista me fez para as Eleições Regionais como uma missão de cidadania e de participação cívica. Não posso passar ao lado dos apelos que recebo diariamente. Hoje como então existe uma vontade de mudança na Região, as pessoas querem que se ponha fim a um período longo de 43 anos sempre com o mesmo partido no poder.

**Como está a correr a caminhada rumo a 22 de setembro?**

Temos vindo a desenvolver um trabalho sério desde há ano e meio, contactando com as pes-

soas, envolvendo a sociedade civil, recolhendo contributos de homens e mulheres que são referências nas suas áreas de atividade, promovendo discussões abertas a todas e a todos para, em conjunto, delinear as soluções para os problemas das pessoas. Esta é a nossa forma de fazer política: colocar as pessoas no centro das decisões.

**Quais são as grandes apostas do projeto do PS para a Madeira?**

A Saúde é a prioridade número um do nosso Programa de Governo. Este é um dos grandes problemas da Região, que se agravou com o atual Governo Regional. Temos de resolver o problema das listas de espera para cirurgias e consultas, garantir a construção do Novo Hospital, reforçar os Centros de Saúde, acabar com falta de médicos de família e, acima de tudo, dar confiança e condições aos excelentes profissionais de saúde que temos.

É essencial criar oportunidades

para os nossos jovens. A criação de emprego e a fixação das famílias tem de ser uma prioridade. Temos a mais alta taxa de desemprego do país. Este desafio tem de ser resolvido também a partir da educação. Temos de combater a taxa de absentismo e o abandono escolar e temos de envolver os professores, que são peças essenciais para a concretização destas medidas.

Ao nível da economia, apostamos no grande potencial que a Região tem no mar. É possível criar 5 mil novos postos de trabalho associados à economia do mar, captar novos investidores e trazer tecnologia e inovação para este setor e apostar nas energias oceânicas. Ainda na economia, uma palavra para o turismo. Temos de ser mais proativos, captar mais rotas áreas, reforçar a promoção e ter mais oferta hoteleira.

Nos transportes, temos de ter uma ligação marítima todo o ano via ferry com o Continente, indo, para além de Portimão,

até Lisboa. É essencial resolver o problema existente com o subsídio de mobilidade aérea e aplica-lo também ao transporte marítimo.

No campo da solidariedade e desenvolvimento social, a habitação é uma prioridade, estando inscrito nos nossos compromissos a resolução das carências habitacionais da Região até 2026, ano em que se assinalará os 50 anos da Autonomia.

**Onde o PS pode fazer a diferença na Região Autónoma?**

O PS é a única solução política com condições para tornar possível a alternância democrática na Região, com um projeto de desenvolvimento para a próxima década, com novas ambições e políticas que se traduzem na melhoria de vida das pessoas. Não basta dizer que é preciso fazer diferente, é preciso concretizá-lo. Quero iniciar um novo ciclo na Madeira, que reduza as desigualdades e crie oportunidades para todos, que

privilegie o mérito e a competência, que atue com base na transparência e que apresente resultados. É isso que nos propomos tornar uma realidade a partir do dia 22 de setembro.

**A autonomia é um dos temas centrais desta campanha. Quais as propostas que defende nesta matéria?**

Eu sou um defensor da Autonomia, mas penso-a de forma diferente. O que se assiste é à sua instrumentalização como arma de arremesso contra o governo da República e contra o PS. É preciso virar a página a uma Autonomia da gritaria, das ofensas. Lisboa tem de respeitar a nossa autonomia, mas também temos de nos dar ao respeito. Uma Autonomia onde as pessoas têm a responsabilidade de se sentar à mesa para negociar, para defender a sua terra como deve ser defendida: com proatividade, com argumentos, com compromissos. Quero uma Autonomia de resultados. ■



PS APRESENTOU CABEÇAS DE LISTA ÀS LEGISLATIVAS

# UMA EQUIPA COM “O DESASSOSSEGO” DE FAZER AINDA MAIS E MELHOR

**O PS olha para as próximas eleições de 6 de outubro não apenas como uma forma de prestar contas aos portugueses, mas também com o “desassossego” de querer continuar a fazer “mais e melhor”, defendeu o líder socialista em Lisboa, na sessão de apresentação pública dos cabeças de lista do partido.**

**FALANDO** depois das intervenções de Alexandre Quintanilha, número um pelo círculo do Porto, que defendeu que o país “precisa de políticas baseadas no conhecimento”, e de Ana Mendes Godinho, cabeça de lista pela Guarda, que caracterizou esta legislatura como tendo sido de “quatro anos de mobilização pelos territórios e pelas pessoas”, o Secretário-geral socialista começou por afirmar que o PS reúne todas as condições políticas para continuar a merecer a confiança dos portugueses, lembrando a propósito que, nestes quatro anos, o Governo “cumpru com todos os compromissos a que se propôs”, ponto que para António Costa é decisivo para que o eleitorado renove a confiança na liderança do PS, mas também porque “tem programa e equipa para o executar”.

Segundo António Costa, os socialistas encaram as próximas legislativas com o alento de terem cumprido com todos os compromissos assumidos com

o eleitorado, dispostos a “prestar contas do que foi feito” e preparados, caso ganhem as eleições, a “fazer mais e melhor nos próximos quatro anos” para responder aos novos desafios, “que são desafios urgentes”, como as alterações climáticas, a demografia, as desigualdades e a adaptação às novas tecnologias da sociedade digital.

Batalhas que o líder socialista enquadra num objetivo mais vasto de aprofundamento da democracia, “com contas certas, funções de soberania valorizadas e maior investimento na qualidade dos serviços públicos”, garantindo que é com esta “vontade e com esta ambição” de responder integralmente a estes e a outros pressupostos que os socialistas encaram as próximas legislativas, mas também com a “vontade desassossegada” de fazer “ainda mais e melhor”.

## Renovação e paridade

Um dos outros aspetos que o António Costa fez também questão de enaltecer tem a ver

com a “renovação das listas”, que estará “na ordem dos 56%”, mas também com o “respeito pela lei da paridade”, lembrando que do conjunto dos 22 cabeças de lista, 41% “não o foram há quatro anos”, enquanto no equilíbrio de género, “um dos lados tem um peso de 46%”.

Na sua intervenção, o líder socialista fez ainda uma referência aos deputados que não se vão recandidatar na próxima legislatura, destacando a este propósito o líder parlamentar, Carlos César, que por opção própria vai deixar a atividade como deputado, e Júlio Miranda Calha, que é deputado desde a Assembleia Constituinte de 1975, tendo ainda realçado a escolha do atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, como cabeça de lista pelo círculo fora da Europa, salientando que esta é uma escolha, num círculo “tradicionalmente menos favorável aos socialistas”, que revela “uma manifestação de grande confiança” do PS.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



EDITORIAL

UM CICLO DE  
CONFIANÇA

EDITE ESTRELA

**CHEGAMOS** ao fim da legislatura com o sentimento do dever cumprido e com o desejo de continuar a servir Portugal. Como afirmou António Costa, temos a tranquilidade de quem cumpriu e o desassossego da vontade de querer fazer mais e melhor.

Aos que auguravam curta vida à “geringonça”, contrapomos quatro anos de estabilidade política e confiança reforçada. Aos que anunciavam a vinda do diabo e o descalabro das contas públicas, respondemos com a melhoria das condições de vida das pessoas, crescimento económico acima da média europeia e contas certas. Os nossos adversários políticos, profetas da desgraça falhados, bem se esforçam agora por distorcer os bons resultados da governação, mas as portuguesas e os portugueses reconhecem que vivem melhor que há quatro anos e que Portugal está no bom caminho.

Cumprimos o programa eleitoral com que nos apresentámos às eleições de 2015. Cumprimos os acordos firmados com os nossos parceiros parlamentares: BE, PCP e PEV. Cumprimos os compromissos com a União Europeia. Repusemos os salários e pensões que o governo PSD/CDS havia cortado. Aumentámos os apoios sociais e reduzimos a pobreza. Subimos o salário mínimo e reduzimos o desemprego para níveis do tempo das vacas gordas, com a criação de mais de 380 mil novos postos de trabalho. Reduzimos o défice orçamental e a dívida pública. Aumentámos os rendimentos das famílias e reduzimos impostos. O governo do PS, liderado por António Costa, virou a página da austeridade e provou que havia alternativa às políticas da direita.

O caminho não foi fácil, mas foi trilhado com determinação e entusiasmo. Os resultados falam por si. São reconhecidos cá dentro e lá fora. Mais crescimento, mais emprego e melhor igualdade demonstram que valeu a pena. As pessoas confiam no PS e em António Costa. Vamos trabalhar para merecer essa confiança.

Com o legítimo desejo de prosseguir o bom trabalho, o PS presta contas ao país, já apresentou o seu programa eleitoral e os candidatos a deputados nas eleições de 6 de outubro. Ao contrário de outros partidos, o PS preparou-se, abriu-se à sociedade, debateu com militantes e simpatizantes, em sessões públicas por todo o território nacional e através da internet, o programa, as prioridades e os desafios que temos pela frente, e escolheu os seus candidatos em diálogo com as estruturas competentes, respeitando a representação equilibrada de homens e mulheres (54% e 46%), aplicando as alterações à lei da paridade que o Parlamento reprovou (41% de mulheres cabeças de lista e alternância de género nos dois primeiros lugares), revelando notável abertura e capacidade de renovação (56% dos candidatos são estreates).

Cumprimos, estamos bem preparados, temos bons candidatos. Vamos arregaçar as mangas, fazer uma boa campanha e confiar que as portuguesas e os portugueses nos deem condições para continuarmos a desenvolver o país e a criar condições de bem-estar para todos. ■

# CABEÇAS DE LISTA PELO PS

Conheça os cabeças de lista do PS pelos círculos eleitorais das regiões autónomas dos Açores e da Madeira



**AÇORES**  
**Isabel Maria Duarte Almeida Rodrigues**

54 anos, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, com Pós-Graduação em Proteção de Menores pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e em Ciências Sociais, área de especialização Família, Envelhecimento e Políticas Sociais, pela Universidade dos Açores.

Presidente do Comissariado dos Açores para a Infância, desde 2016. Foi secretária regional adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (2014-2016) no XI Governo dos Açores e deputada à Assembleia Legislativa da Região, pelo círculo de São Miguel, nas IX e X Legislaturas (2008-2012 e 2012-2014).



**BRAGA**  
**Sónia Fertuzinhos**

46 anos, licenciada em Relações Internacionais pela Universidade do Minho, tem o Diploma de Especialização em Estudos Europeus pela Universidade de Louvain-la-Neuve, Bélgica. Deputada à Assembleia da República, foi membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e da Assembleia Parlamentar da Nato, e fundadora do Conselho Executivo da Assembleia Interparlamentar Europeia das questões da População e Desenvolvimento. Foi a primeira presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas eleita diretamente pelas militantes do Partido Socialista.

Finanças e Comércio. Vice-presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil, é membro do Grupo de Amizade Portugal-México e Portugal-Argentina. Presidente da Federação de Castelo Branco do PS.



**COIMBRA**  
**Marta Temido**

45 anos, licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, tem um Mestrado em Gestão e Economia da Saúde, pela Faculdade de Economia da mesma universidade, e é doutorada em Saúde Internacional, pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa. Especializada em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa. Ministra da Saúde no XXI Governo Constitucional.

Foi presidente não executiva do conselho de administração do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa. Entre 2016 e 2017, foi presidente do conselho diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde. Presidiu à Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, entre 2013 e 2015.



**ÉVORA**  
**Luís Capoulas Santos**

68 anos, licenciado em Sociologia. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural no XXI Governo Constitucional. Deputado à Assembleia da República em várias Legislaturas, foi cabeça de lista por Évora em 2015. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 2004 e 2014, tendo exercido a 1ª vice-presidência da Assembleia Parlamentar Euro-Latina-Americana – EUROLAT e sido relator para as Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) de 2008 e de 2013. Foi ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, entre 1998 e 2002, e secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, entre 1995 e 1998.



**AVEIRO**  
**Pedro Nuno Santos**

42 anos, licenciado em Economia pelo ISEG-UTL. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, desde fevereiro de 2019, foi também secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XXI Governo Constitucional. Deputado à Assembleia da República nas X e XII Legislaturas, tendo sido cabeça de lista por Aveiro em 2015, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS e coordenador dos socialistas na Comissão de Economia e na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BES. Foi presidente da Federação de Aveiro do PS entre 2010 e 2018, e Secretário-geral da JS de 2004 a 2008.



**BRAGANÇA**  
**Jorge Manuel Nogueiro Gomes**

67 anos, empresário e gestor. Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Bragança em 2015, integra às comissões parlamentares de Defesa Nacional, e de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa. Foi Governador Civil de Bragança e secretário Estado da Administração Interna. Presidiu à Federação de Bragança do PS.



**EUROPA**  
**Paulo Pisco**

57 anos, licenciado em Filosofia, tem uma pós-graduação em Estudos Europeus pela Université Libre de Bruxelles. Jornalista de profissão escreve na imprensa nacional e para inúmeros jornais das comunidades na Europa. Deu aulas de Assuntos Europeus no Instituto Nacional de Administração. Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista pelo círculo da Europa em 2015, é coordenador dos deputados socialistas na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. É presidente do Grupo Parlamentar de Amizade com o Luxemburgo e vice-presidente no Grupo Parlamentar de Amizade com a França. É membro da Comissão das Migrações e Refugiados da Assembleia Parlamen-



**FARO**  
**Jamila Madeira**

44 anos, licenciada em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, com Mestrado em Finanças pelo INDEG/ISCTE. Deputada à Assembleia da República nas VIII, IX e XI e XIII Legislaturas. Deputada ao Parlamento Europeu entre 2004 e 2009. Foi Secretária-geral da Juventude Socialista entre 2000 e 2004, tendo sido vice-presidente da União Internacional de Juventudes Socialistas (IUSY) e membro do Bureau da Organização Europeia de Juventudes Socialistas (ECOSY).



**BEJA**  
**Pedro do Carmo**

48 anos, licenciado em Direito. Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Beja em 2015. Presidente da Federação do Baixo Alentejo do PS. Entre 2005 e 2015 foi presidente da Câmara Municipal de Ourique.



**CASTELO BRANCO**  
**Hortense Martins**

52 anos, licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE e inscrita na Ordem dos Economistas. Deputada à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Castelo Branco em 2015. É membro efetivo da Delegação Portuguesa da UIP – União Interparlamentar que reúne os Parlamentos do Mundo (ONU) desde 2016, tendo sido eleita para a delegação Internacional da União Interparlamentar (UIP) e na qual pertence à Comissão de Desenvolvimento Sustentável,



**FORA DA EUROPA**  
**Augusto Santos Silva**

63 anos, doutorado em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Por-

# ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Por círculos eleitorais do continente, pelas duas e pelos círculos da Europa e Fora da Europa.

to. Ministro dos Negócios Estrangeiros no XXI Governo Constitucional. Foi ministro da Defesa Nacional no XVIII Governo Constitucional, ministro dos Assuntos Parlamentares no XVII Governo Constitucional e ministro da Cultura no XIV Governo Constitucional, no qual foi também ministro da Educação e secretário de Estado da Administração Educativa. Deputado à Assembleia da República em duas Legislaturas.



**GUARDA**  
**Ana Mendes Godinho**

47 anos, licenciada em Direito pela Faculdade da Universidade de Lisboa, com pós-graduação em Direito do Trabalho e Legística e Ciência da Legislação. Secretária de Estado do Turismo no XXI Governo Constitucional. Foi vice-presidente do Turismo de Portugal, administradora da Turismo Capital e da Turismo Fundos, e vice-presidente do Conselho geral do Fundo Imobiliário de Apoio às Empresas. Foi também membro do Conselho Consultivo do INATEL.



**LEIRIA**  
**Raul Miguel Castro**

70 anos, licenciado em Ciência Política, na variante de Ciências do Estado, pela Universidade Internacional, com pós-graduação em Gestão Autárquica e em Políticas Públicas, sendo mestrando em Administração e Políticas Públicas, no ISCTE. Foi presidente da Câmara Municipal da Batalha e é atualmente presidente da Câmara Municipal de Leiria.



**LISBOA**  
**António Costa**

58 anos, licenciado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Estudos Europeus pela Universida-

de Católica. Advogado. Primeiro-ministro no XXI Governo Constitucional, foi ministro de Estado e da Administração Interna no XVII Governo Constitucional, ministro da Justiça no XIV Governo Constitucional, ministro e secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no XIII Governo Constitucional. Deputado à Assembleia da República desde 1991, foi cabeça de lista por Lisboa em 2015, tendo sido também presidente do Grupo Parlamentar do PS. Foi deputado e vice-presidente do Parlamento Europeu. Presidiu à Câmara Municipal de Lisboa entre 2007 e 2015. É Secretário-geral do PS desde novembro de 2014.



**MADEIRA**  
**Carlos Pereira**

49 anos, licenciado em Economia com duas pós-graduações em Planeamento e Gestão do Turismo, e Economia e Sociologia Rural. Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista pela Madeira em 2015, é membro da União Interparlamentar e vice-presidente dos grupos de amizade de Portugal com Cabo Verde, África do Sul Venezuela. Foi deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e presidente do Grupo Parlamentar do PS. Foi presidente do PS-Madeira e vereador não executivo na Câmara Municipal do Funchal.



**PORTALEGRE**  
**Luis Moreira Testa**

41 anos, jurista. Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Portalegre em 2015, é coordenador dos deputados socialistas na Comissão de Economia, Inovação e Obras públicas. Membro da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, onde é presidente da Comissão de Economia, Ambiente e Cooperação. Presidiu à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, entre 2009 e 2012. Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre, desde 2017, preside à Federação de Portalegre do PS.



**PORTO**  
**Alexandre Quintanilha**

73 anos, doutorado em Física Teórica, em Johannesburg. Foi professor e diretor de um Centro de Estudos Ambientais na Universidade de Berkeley e professor no ICBAS-UPorto. Fundou e dirigiu o IBMC e o Laboratório Associado IBMC-INEB e presidiu ao grupo responsável pela implementação do consórcio i3S. Presidiu a vários comités da ESF, da OECD, da Comissão Europeia e de outras organizações internacionais de investigação. Atualmente preside à CEIC e ao Conselho de Escola da ENSP-UNL. Deputado à Assembleia da República, preside à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.



**SANTARÉM**  
**Alexandra Leitão**

46 anos, licenciada, mestre e doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Secretária de Estado Adjunta e da Educação no XXI Governo Constitucional. Professora Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2011, foi vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República entre 2011 e 2015 e membro do Conselho Superior da Magistratura entre 2005 e 2009.



**SETÚBAL**  
**Ana Catarina Mendes**

46 anos, licenciada em Direito. Advogada. Deputada à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Setúbal em 2015, é primeira vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS. Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa desde 2016, preside também ao Grupo de Amizade Portugal-China. É Secretária-geral adjunta do Partido Socialista.



**VIANA DO CASTELO**  
**Tiago Brandão Rodrigues**

42 anos, doutorado pela Universidade de Coimbra, fez toda a sua investigação laboratorial entre Dallas e Madrid. Especialista no metabolismo cerebral em doenças neurodegenerativas, foi investigador na área da oncologia na Universidade de Cambridge. Adido Olímpico da missão portuguesa aos Jogos de Londres de 2012. Ministro da Educação no XXI Governo Constitucional, foi cabeça de lista à Assembleia da República por Viana do Castelo em 2015.



**VILA REAL**  
**Ascenso Simões**

56 anos, licenciado em Ciências Empresariais pelo ISCTE e mestre em Gestão pela UTAD, é ainda titular do Master em Segurança Internacional e Globalização (UL) e do Programa de Alta Direção para Executivos (AESE/IESE), pós-graduado em Auditoria Pública (IDEFF) e em Gestão Pública (UTAD). Deputado à Assembleia da República, tendo sido cabeça de lista por Vila Real em 2015, é membro do Conselho Superior de Informações. Desempenhou as funções de secretário de Estado da Administração Interna, de secretário de Estado da Proteção Civil e de secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas no XVII Governo Constitucional, de 2005 a 2009.



**UISEU**  
**João Nuno Gonçalves Azevedo**

44 anos, licenciado em Educação Física e pós-graduado em Administração e Planificação da Educação. Presidente da Câmara Municipal de Mangualde desde 2009, é ainda presidente do Conselho Regional do Centro, membro efetivo do Comité das Regiões na União Europeia, vice-presidente do Turismo Centro de Portugal e vice-presidente Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. ■

# CONHEÇA OS CANDIDATOS

Candidatos a deputados à Assembleia da República

## CÍRCULO ELEITORAL DOS AÇORES

### EFFECTIVOS

1. Isabel Maria Duarte Almeida Rodrigues
2. Lara Fernandes Martinho
3. João Fernando Brum de Azevedo e Castro
4. Maria Isabel Góis Teixeira
5. Sofia Ávila de Lima

### SUPLENTES

1. Vasco Henrique da Costa Nunes Faria Paulos
2. Maria Gabriela Vieira dos Santos
3. Joana Pombo Sousa Tavares
4. Fábio Augusto Ribeiro Pereira Alves
5. Óscar Manuel Valentim da Rocha

## CÍRCULO ELEITORAL DE AVEIRO

### EFFECTIVOS

1. Pedro Nuno Santos
2. Cláudia Cruz Santos
3. Filipe Neto Brandão
4. Porfírio Silva
5. Susana Correia
6. Hugo Oliveira
7. Joana Pereira
8. Bruno Aragão
9. Carla Tavares
10. Miguel Reis
11. Rosa Venâncio
12. Jesus Vidinha
13. Susana Sousa
14. Martim Costa
15. Paulo Gil
16. Ana Patrícia Ferreira

### SUPLENTES

1. António Mendonça
2. Vanessa Soares
3. Ana Maria
4. Augusto Leite
5. Maria Manuela Gama

## CÍRCULO ELEITORAL DE BEJA

### EFFECTIVOS

1. Pedro do Carmo
2. Telma Guerreiro
3. Jorge Rosa

### SUPLENTES

1. Laura Rodrigues
2. Luís Martins
3. Paula Reis

## CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGA

### EFFECTIVOS

1. Sónia Fertuzinhos
2. José Mendes
3. Maria Begonha
4. Joaquim Barreto
5. Hugo Pires
6. Palmira Maciel
7. Luís Soares
8. Nuno Sá
9. Ana Maria Silva
10. Pompeu Martins
11. Maria Augusta
12. Nelson Felgueiras
13. José Morais
14. Dora Gaspar
15. Fernando Ribeiro
16. Casimiro Rodrigues
17. Fernanda Araújo
18. Vânia Cruz
19. João Paulo Mesquita

### SUPLENTES

1. Ânaia Peixoto
2. Filipe Pires
3. Eduarda Lopes
4. Miguel Pereira
5. Parcidio Sumavielle

## CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGANÇA

### EFFECTIVOS

1. Jorge Manuel Nogueiro Gomes
2. Berta Ferreira Nunes
3. Pedro Fernandes Mascarenhas

### SUPLENTES

1. Ana Cristina Xavier Fernandes
2. Hernâni Branco Fernandes
3. Sandrina Céu Silva Samorinha

## CÍRCULO ELEITORAL DE CASTELO BRANCO

### EFFECTIVOS

1. Hortense Martins
2. Eurico Brilhante Dias
3. Nuno Fazenda
4. Joana Bento

### SUPLENTES

1. João Martinho Marques
2. Gracinda Marçal
3. Francisco Lopes
4. Ana Luísa Correia

## CÍRCULO ELEITORAL DE COIMBRA

### EFFECTIVOS

1. Marta Temido
2. Pedro Coimbra
3. João Ataíde
4. Cristina Jesus
5. Tiago Estevão Martins
6. João Gouveia
7. Raquel Ferreira
8. Rosa Isabel Cruz
9. João Ramalhete

### SUPLENTES

1. Filipa Maia
2. Paulo Teles Marques
3. Albertina Jorge
4. Celestino Quaresma
5. Eduardo Barata

## CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA

### EFFECTIVOS

1. Paulo Pisco
2. Nathalie Oliveira

### SUPLENTES

1. Ilídio Morgado
2. Sílvia Paradela

## CÍRCULO ELEITORAL DE ÉVORA

### EFFECTIVOS

1. Luís Capoulas Santos
2. Norberto Patinho
3. Carmem Carvalheira

### SUPLENTES

1. Cátia Sousa Silva
2. David Serrachino
3. Anabela Consolado

## CÍRCULO ELEITORAL DE FARO

### EFFECTIVOS

1. Jámila Madeira
2. José Apolinário
3. Jorge Botelho
4. Joaquina Matos
5. Luís Graça
6. Ana Passos
7. Francisco Oliveira
8. Célia Paz
9. Abel Matinhos

### SUPLENTES

1. José Cardoso
2. Sofia Belchior
3. José Luis Domingos
4. Helena Martiniano
5. António Francisco Pina

## CÍRCULO ELEITORAL DE FORA DA EUROPA

### EFFECTIVOS

1. Augusto Santos Silva
2. Paulo Fernandes Porto

### SUPLENTES

1. Ana Soares
2. Katherine Soares

## CÍRCULO ELEITORAL DA GUARDA

### EFFECTIVOS

1. Ana Mendes Godinho
2. Santinho Pacheco
3. Cristina Sousa

### SUPLENTES

1. Fábio Pinto
2. Mariza da Fonseca Santos Neves de Sousa
3. Rita Mendes

## CÍRCULO ELEITORAL DE LEIRIA

### EFFECTIVOS

1. Raul Miguel Castro
2. Elza Pais
3. Antonio Lacerda Sales
4. João Paulo Pedrosa
5. Sara Belo Velez
6. Joel Bouça Gomes
7. Jorge Gabriel Martins
8. Isabel Antunes Borges
9. Cláudia Cristina Avelar Santos
10. Jose Maria Antunes Faria

### SUPLENTES

1. David Miguel Salgueiro
2. Teresa Conceição Fernandes
3. Fernando Manuel Martins Azeitona
4. Joana Marisa Pedrosa Correia
5. Aníbal Curto Ribeiro

# CANDIDATOS DO PS

da República pelo Partido Socialista.

## CÍRCULO ELEITORAL DE LISBOA

### EFFECTIVOS

1. António Costa
2. Edite Estrela
3. Eduardo Ferro Rodrigues
4. Mariana Vieira da Silva
5. Mário Centeno
6. Graça Fonseca
7. João Gomes Cravinho
8. Maria da Luz
9. Marcos Perestrello
10. Susana Amador
11. Sérgio Sousa Pinto
12. Fátima Fonseca
13. Pedro Alves
14. Ana Sofia Antunes
15. Jorge Lação
16. Isabel Moreira
17. Pedro Cegonho
18. Ricardo Leão
19. Romualda Fernandes
20. Miguel Matos
21. Miguel Cabrita
22. Rita Madeira
23. Diogo Leão
24. João Nicolau
25. Alexandra Moura
26. Fernando Anastácio
27. Fernando Paulo
28. Vera Braz
29. Paulo Marques
30. Luís Reis
31. Rute Lima
32. Sérgio Santos
33. Mário Carvalho
34. Cátia Rosas
35. André Mercier
36. Paulo Afonso
37. Ana Rita Andrade Pires
38. Fábio Carvalho
39. Tânia Mahomed
40. Pedro Lara
41. Ana Cristina Calado
42. Fernanda Gonçalves
43. João Marques
44. Selene Martinho
45. Pedro Cabeça
46. Inês Matos
47. Alexandra Domingos
48. João Cunha

### SUPLENTES

1. Maria João Rocha
2. Marcos Sá
3. Ana Vitorino
4. Tiago Veloso
5. Manuel Lage

## CÍRCULO ELEITORAL DA MADEIRA

### EFFECTIVOS

1. Carlos Pereira
2. Olavo Câmara
3. Marta Freitas
4. Karina Pestana
5. João Melim
6. Dina Gomes

### SUPLENTES

1. João Carlos Gouveia
2. Lídia Vale Pereira
3. Luís Chá-Chá
4. Nicola Teixeira
5. António Batista Rosa

## CÍRCULO ELEITORAL DE PORTALEGRE

### EFFECTIVOS

1. Luis Moreira Testa
2. Ricardo Miguel Pinheiro

### SUPLENTES

1. Martina Marcelino Jesus
2. Vitória Rita Branco

## CÍRCULO ELEITORAL DO PORTO

### EFFECTIVOS

1. Alexandre Quintanilha
2. Rosário Gamboa
3. João Matos Fernandes
4. Ana Paula Vitorino
5. José Luis Carneiro
6. Cristina Moreira
7. João Paulo Correia
8. Tiago Barbosa Ribeiro
9. Isabel Oneto
10. João Torres
11. Pedro Bacelar Vasconcelos
12. Joana Lima
13. Pedro Sousa
14. Constança Urbano de Sousa
15. José Magalhães
16. Hugo Carvalho
17. Carla Miranda

18. Carlos Brás
19. Eduardo Barroco de Melo
20. Sofia Andrade
21. José Carlos Barbosa
22. Nuno Coelho
23. Cláudia Lima
24. Paulo Correia
25. Maria João Castro
26. João Fonseca
27. Pedro Braga de Carvalho
28. Alexandra Rabaçal
29. Antonio Faria
30. Miguel Rodrigues
31. Carlota Teixeira
32. Mário Mourão
33. Patrícia Faro
34. Hugo Carvalho Gonçalves
35. Sandra Lameiras
36. Pedro Queirós
37. Teresa Fernandes
38. Ana Marta Silva
39. Paulo Neves
40. Olívia Carvalho

### SUPLENTES

1. Júlio Morais
2. Ana Amorim
3. Manuela Niza
4. Hugo Gilvaia Pinto
5. Frederica Armada

## CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM

### EFFECTIVOS

1. Alexandra Leitão
2. António Gameiro
3. Maria do Céu Albuquerque
4. Hugo Costa
5. Manuel Afonso
6. Mara Lagriminha
7. Francisco Dinis
8. Mário Balsa
9. Vera Simões

### SUPLENTES

1. La Salette Marques
2. Nuno Mário Antão
3. Sara Marques Costa
4. Nuno Mira
5. Maria da Luz Lopes

## CÍRCULO ELEITORAL DE SETÚBAL

### EFFECTIVOS

1. Ana Catarina Mendes
2. Eduardo Cabrita
3. Eurídice Pereira
4. João Galamba
5. Ricardo Mourinho Félix
6. Catarina Marcelino
7. Maria Antónia Almeida Santos
8. Filipe Pacheco
9. André Pinotes
10. Sofia Araújo
11. Fernando José
12. Clarisse Campos
13. Ivan Goncalves
14. Bruno Barata
15. Ana Santos
16. Iolanda Nunes
17. Sérgio Faias
18. Lídia Henriques

### SUPLENTES

1. Luís do Ó
2. Andredina Cardoso
3. Carlos Albino
4. Teresa Andrade
5. Carlos Trindade

## CÍRCULO ELEITORAL DE VIANA DO CASTELO

### EFFECTIVOS

1. Tiago Brandão Rodrigues
2. Marina Gonçalves
3. Anabela Rodrigues
4. José Manuel Carpinteira
5. Sílvia Torres
6. Dora Brandão

### SUPLENTES

1. Manuel Luís Gonçalves
2. Bruno Guimarães
3. Sandra Vieites
4. João Simões
5. Elizabete Rodrigues

## CÍRCULO ELEITORAL DE VILA REAL

### EFFECTIVOS

1. Ascenso Simões
2. Francisco Ferreira Rocha
3. Brigitte Raquel Gonçalves
4. Ana Isabel Alves Dias
5. Manuel Costa Monteiro

### SUPLENTES

1. Marisa Alexandra Moreiras Sousa
2. Tiago José Rodrigues Monteiro
3. Maria Margarida Dias Cascarejo
4. Maria João Loureiro Ribeiro
5. Rodrigo Nóbrega Pizarro

## CÍRCULO ELEITORAL DE VISEU

### EFFECTIVOS

1. João Nuno Gonçalves Azevedo
2. Lúcia Fernanda Araújo Silva
3. João Paulo Rebelo
4. José Rui Cruz
5. Maria Graça Mouta Reis
6. Manuel António Rebelo Ferreira
7. Marta Alexandra Costa
8. Pedro Mouro Lourenço

### SUPLENTES

1. Susana Marques Lemos
2. Lúcia Marlene Lopes
3. Rui Pereira Braguês
4. Ana Rita Alexandre
5. Pedro Baila Antunes



## CONVENÇÃO NACIONAL APROVOU PROGRAMA ELEITORAL E DEFINIU EIXOS

# SAÚDE SERÁ “A JOIA DA COROA” DA PRÓXIMA LEGISLATURA

Caso o PS volte de novo a liderar as funções governativas nos próximos quatro anos, a “saúde será a joia da coroa” das suas prioridades, sublinhando António Costa que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) “coloca desafios” a que o futuro Governo terá de responder.

**O LÍDER** socialista deixou esta promessa numa intervenção de perto de uma hora, no encerramento da Convenção Nacional que teve lugar em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, encontro em que os socialistas aprovaram por unanimidade o seu programa eleitoral.

Para além do setor da saúde, que António Costa elegeu como a primeira prioridade de investimento na próxima legislatura, “caso o PS volte de novo a liderar o Governo”, o primeiro-ministro e líder socialista assumiu ainda como outras prioridades “estender” o complemento solidário para idosos a “todos os cidadãos desta faixa etária que vivam abaixo do limiar da pobreza”, garantindo ainda reforçar o abono de família.

Outro dos compromissos assumidos pelo Secretário-geral socialista nesta Convenção Nacional foi o combate à violência doméstica e de género, “uma abordagem judicial integrada”,

tendo mesmo admitido a possibilidade de avançar na próxima legislatura com uma “revisão da Constituição da República para combater a violência doméstica”, se houver dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta.

### Enfrentar os desafios

Quanto à questão diretamente relacionada com o Serviço Nacional de Saúde, o líder socialista sustentou que ninguém deve deixar de ter plena consciência de que o SNS ainda coloca a todos “grandes desafios”, sustentando que quando há um problema, seja na área da saúde ou noutra qualquer o que um governante deve fazer “não é fugir, mas responder e analisá-lo nas suas causas”, lembrando que o SNS, quase a comemorar 40 anos, tem agora “uma nova lei de bases” recentemente aprovada.

Entre as várias medidas na área da Saúde que serão adotadas na próxima legislatura, segundo o

líder socialista, estão o “alargamento do cheque-dentista para crianças entre os 2 e os 6 anos, a generalização da rede de unidades da saúde familiar em todo o país, a criação de um vale para óculos para cidadãos com mais de 65 anos que beneficiem do complemento solidário para idosos e novas valências na saúde primária como a ginecologia e a pediatria”.

Medidas e iniciativas que, segundo António Costa, vão continuar a aproximar cada vez mais o Serviço Nacional de Saúde dos cidadãos, dando-lhes “melhores serviços” com “mais meios e mais e melhores recursos”.

### Alterações climáticas

Outro dos temas trazidos por António Costa teve a ver com a abordagem das questões ligadas às alterações climáticas e aos desafios estratégicos que esta problemática implica, defendendo que Portugal, tal como todos os restantes paí-

ses que assinaram o protocolo de Paris, “tem de ir mais longe” no cumprimento das metas ambientais acordadas.

Neste sentido, o líder socialista propõe que Portugal consiga até 2030 reduzir em 50% as suas emissões de dióxido de carbono, medida que deve ser acompanhada, ainda seguindo António Costa, pela produção da energia elétrica com fonte renovável em cerca de 80% e pela supressão dos plásticos não reutilizáveis já até ao final do próximo ano, a par de um plano para a reutilização da água.

Quanto à questão dos transportes públicos, outras das áreas fortes e igualmente relacionadas com a qualidade ambiental, o Secretário-geral do PS referiu que este será um dos capítulos prioritários do Governo, enaltecendo a este propósito o programa “Ferrovia 2020”, prometendo que haverá neste setor investimento na ordem dos dois mil milhões de euros.

### Erradicar a pobreza em Portugal

Das várias medidas que o líder socialista analisou, e incluídas no programa eleitoral do PS, destaque para o combate às desigualdades, matéria que António Costa classificou como um “dever” do futuro Governo que terá de continuar a trabalhar para “erradicar a pobreza em Portugal”.

Para que este objetivo possa ser alcançado, segundo o Secretário-geral do PS, é necessário que o futuro Governo foque a sua atenção nos “dois grupos etários onde existem maiores debilidades e maior risco de pobreza: os mais idosos e o da infância”, atribuindo aos mais idosos um “reforço” do complemento solidário para idosos e aos mais novos um abono de família reforçado ao longo dos próximos quatro anos.

A habitação mereceu também uma referência de António Cos-



# ESTRATÉGICOS "COROA" URA

s políticas, garantiu o Secretário-geral socialista, governo tem de saber responder.

ta, que assumiu o compromisso, caso o PS volte a governar o país nos próximos quatro anos, que nas comemorações dos 50 anos da revolução de abril, em 2024, as mais de 26 mil famílias que hoje reivindicam uma habitação digna já terão o seu problema resolvido para poderem viver "condignamente em Portugal"

### Escola pública

Ensino público e professores foi outro dos assuntos que o líder socialista não quis deixar de abordar, deixando em primeiro lugar um voto de confiança aos docentes e referindo depois o que há muito vem defendendo, que a escola pública é um "fator de correção das desigualdades", reafirmando que os estabelecimentos de ensino públicos "têm de oferecer condições tão boas ou melhores do que as que são oferecidas por alguns colégios privados". Ainda dentro do ensino, Antó-

nio Costa apontou como um dos "grandes objetivos" prosseguir o programa de democratização do acesso ao ensino superior "através da eliminação das barreiras para quem é proveniente da via profissionalizante".

Já na parte final da sua intervenção, o Secretário-geral do PS defendeu a possibilidade de o país avançar na próxima legislatura para uma revisão da Constituição da República para que novos mecanismos legais sejam criados no combate à violência doméstica, que considerou como "uma vergonha para a sociedade". Neste capítulo, sustentou não acreditar que uma abordagem judicial integrada desta problemática, que "combine direito de família e direito criminal", possa "implicar qualquer inconstitucionalidade". Mas se este for o caso, reforçou, "então há aqui uma boa razão para que haja uma revisão extraordinária da Constituição".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



PROGRAMA ELEITORAL APROVADO POR UNANIMIDADE

## 4 GRANDES DESAFIOS: COMBATE ÀS DESIGUALDADES, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DEMOGRAFIA E SOCIEDADE DIGITAL

O Programa Eleitoral que o Partido Socialista apresenta aos portugueses, para as eleições legislativas de 6 de outubro identifica 4 grandes desafios – combate às desigualdades, alterações climáticas, a questão demográfica e a transição para uma sociedade digital - e o objetivo de prosseguir a boa governação.

**ESTE** é o resultado de um amplo processo de debate público que o PS realizou com a sociedade, em que colocou em discussão pública os textos do programa relativamente a cada um destes quatro desafios, para serem debatidos, comentados, corrigidos e melhorados com o contributo de todos, passando das palavras aos atos na luta contra a abstenção e contra o divórcio entre as pessoas e a política. Construindo, em rede,

um Programa para Portugal e com os portugueses, todos puderam participar e ajudar a melhorar as propostas finais. O PS apresenta-se neste novo ciclo com a tranquilidade e a transparência de quem fez escolhas claras e as assumiu nos momentos certos perante o país. Fizemo-lo em 2015 e cumprimos o que prometemos. Apresentamo-nos agora com um Programa ambicioso e responsável, para fazer ainda mais e melhor.

Conheça o Programa do PS aqui.





## MULHERES SOCIALISTAS MANIFESTO PARA A IGUALDADE

O **PARTIDO SOCIALISTA**, desde a sua génese, assenta a sua atuação nos princípios constitucionais de igualdade e não discriminação, bem como de igualdade entre mulheres e homens, promovendo políticas que efetivem a realização dos direitos humanos para uma cidadania plena. O Estado Português está, também, vinculado a instrumentos internacionais, tais como, a CEDAW - Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção de Istambul - Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Portugal assumiu, ainda, em particular no quadro da Organização das Nações Unidas, outros compromissos políticos nestes domínios, destacando-se a Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Sob o lema “ninguém pode fi-

car para trás” os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) trazem uma abordagem tripla que implica:

- 1) por um lado, ações específicas, como as preconizadas no ODS 5 — Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as mulheres e raparigas, e respetivas metas;
- 2) por outro lado, o mainstreaming de género nos outros ODS designadamente nas áreas da saúde e bem-estar para todos/as (ODS3), educação de qualidade (ODS4), emprego digno e crescimento económico inclusivo (ODS8), indústria, inovação e infraestruturas (ODS9), redução das desigualdades (ODS10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS11), combate às alterações climáticas (ODS13), paz, justiça e instituições fortes (ODS16), e parcerias em prol das metas (ODS17); e ainda
- 3) uma perspetiva de inter-

seccionalidade considerando a natureza multidimensional que está na base das desigualdades que entrecruza a discriminação em razão do sexo com outros fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência, a religião, a orientação sexual e a identidade de género, entre outras.

As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos orientando-se por estes princípios e compromissos políticos nacionais e internacionais, e no âmbito dos 4 desafios identificados no Programa Eleitoral do PS, destacam prioridades, lançam desafios e matas para a construção de uma Agenda para a Igualdade e para os Direitos Humanos que coloque o princípio da Igualdade no centro da ação política para um Portugal igualitário, inclusivo, diverso e democrático onde nenhuma pessoa seja deixada para trás. ■

### MS-ID | 10 PRIORIDADES

1. Defendemos que o próximo governo seja paritário.
2. Eliminar desigualdades salariais até 2030.
3. Sistema judicial integrado para combater a Violência Doméstica.
4. Aprofundamento da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.
5. Combate intransigente a todas as práticas xenófobas e de racismo.
6. Trabalho persistente ao nível dos municípios para a eliminação de preconceitos e praticas homofóbicas.
7. Orçamentos com impacto de género em todas as áreas do Poder Central e iniciando a sua implementação ao nível do Poder Local.
8. Educação Ambiental para que se construa uma nova atitude coletiva para cuidar da Terra.
9. Promover uma partilha equitativa das licenças de parentalidade entre mães e pais.
10. O contributo das mulheres constitui um enorme potencial que não pode ser desperdiçado na transição para uma sociedade digital.

# 4 ANOS A CUMPRIR

Nesta legislatura, o Partido Socialista mostrou que havia uma alternativa e que é possível uma sociedade mais justa e inclusiva, recuperando a confiança e devolvendo rendimentos às pessoas, com uma economia mais competitiva e convergindo com a Europa.

Fomos fiéis ao que nos comprometemos. E cumprimos.

## MAIOR IGUALDADE

A igualdade é um valor fundamental para o PS. Em quatro anos, foi possível inverter a trajetória e reduzir em 382 mil o número de pessoas em privação material severa. Em nome de maior igualdade, destacam-se como medidas do Governo do Partido Socialista nesta legislatura:

- O combate à pobreza, com o aumento anual das pensões, das prestações sociais e do abono de família e a criação da prestação social para a inclusão;
- A atribuição automática da tarifa social da eletricidade, aumentando o número de famílias beneficiadas de 100 mil para 800 mil;
- A proibição das penhoras de casa de morada de família pelo Fisco e a suspensão do despejo dos inquilinos idosos ou com deficiência;
- O fim da discriminação no acesso à adoção por casais homossexuais;
- O aumento em 25% do número de bolsas de ação social no Ensino Superior e a sua renovação automática.

## MAIS CRESCIMENTO

Pela primeira vez desde que aderimos ao euro, e por três anos consecutivos, Portugal está a crescer acima da média da União Europeia. Este crescimento permitiu-nos ter melhores condições de vida e contas certas. Para gerar mais crescimento, destacam-se como medidas do Governo do Partido Socialista nesta legislatura:

- A recuperação da confiança na economia, que permitiu a criação de 350 mil novos postos de trabalho e a redução do desemprego para mínimos deste século;
- A aposta na ciência, na inovação e na indústria 4.0, com a criação de 5.000 empregos científicos;

**#CUMPRIMOS**  
**MAIS EMPREGO**  
**MENOS PRECARIIDADE**

+350.000 NOVOS EMPREGOS

89% CONTRATOS SEM TERMO

CARTAZ 2015 PS

**#CUMPRIMOS**  
**GARANTIR AS PENSÕES**  
**MELHORAR O RENDIMENTO**

AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO

DEVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL

REPOSIÇÃO E AUMENTO DAS PENSÕES

FIM DAS SOBRETAXAS DE IRS

CARTAZ 2015 PS

**#CUMPRIMOS**  
**VALORIZAR O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**  
**INVESTIR NA ESCOLA PÚBLICA**

+11 MIL PROFISSIONAIS DE SAÚDE

+897 MIL CONSULTAS / ANO

+7.000 PROFESSORES

CARTAZ 2015 PS

- O fim da sobretaxa para todos e a redução do IRS para pessoas com baixos e médios rendimentos;
- A redução do IVA na restauração, na importação de matérias primas e nas atividades culturais;
- A valorização do interior, através da redução dos custos de contexto das empresas, incluindo uma redução do IRC, benefícios fiscais ao investimento e a redução das

taxas das portagens das autoestradas do interior.

## MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS

O PS teve de recuperar os serviços públicos após quatro anos de fragilização e desinvestimento sem precedentes. Entre 2015 e 2019, investimos mais 16,9% em saúde e educação, o que se traduz num total de 2.376 milhões de euros. Para oferecer melhores serviços pú-

blicos, destacam-se como medidas do Governo do Partido Socialista nesta legislatura:

- O reforço do SNS, criando 100 novas USF e a oferta de consultas de saúde oral e visual nos centros de saúde;
- Um SNS para todos, através da redução das taxas moderadoras e o aumento do número de famílias isentas;
- A distribuição gratuita de manuais escolares para todo o ensino obrigatório público;

- A promoção do sucesso escolar, tendo vinculado mais de sete mil professores e melhorando as condições de mais de 700 escolas, num investimento superior a 700 milhões de euros;
- A redução do preço dos passes dos transportes públicos em todo o país.

## MELHOR EMPREGO

Não só porque queremos viver melhor, mas porque os cidadãos portugueses não podem voltar a ser forçados a emigrar por falta de oportunidades no seu país, o Partido Socialista preocupa-se com a qualidade e quantidade do emprego. Para assegurar melhor emprego, destacam-se como medidas do Governo do Partido Socialista nesta legislatura:

- O combate à precariedade, conseguindo que 89% da criação de emprego por conta de outrem tenha sido feita com contratos sem termo;
- A melhoria dos salários, com o aumento do salário mínimo em 19% e do salário médio em 9%;
- A reversão dos cortes salariais, o descongelamento das carreiras e a reposição das 35 horas semanais para os funcionários públicos;
- A integração de 13 mil trabalhadores precários no Estado através do PREVPAP;
- O relançamento da educação e formação de adultos, com 350 mil inscritos no Programa Qualifica.

Há quatro anos, antes das eleições legislativas de 2015, o PS assumiu publicamente, nos seus cartazes de campanha, uma série de compromissos com os portugueses. Hoje podemos dizer aos portugueses que CUMPRIMOS.

## JUNTOS VAMOS CONTINUAR A FAZER PORTUGAL MELHOR

ESTADO DA NAÇÃO

# ESTA FOI A LEGISLATURA QUE DEVOLVEU A CONFIANÇA AOS PORTUGUESES

Portugal apresenta hoje o défice das contas públicas mais baixo da democracia, uma taxa de desemprego como há muito não havia memória, a economia e as exportações a crescerem e a dívida pública a recuar, este ano, para os 119% do PIB.

**O DEBATE** do estado da Nação foi o último debate da legislatura, acontecendo a menos de três meses para que os portugueses se pronunciem nas urnas, no próximo dia 6 de outubro.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro começou por vincar que Portugal apresenta hoje um quadro de desenvolvimento e de bem estar social como há muito anos o país não vivenciava, dando António Costa a este propósito os exemplos do défice, "o mais baixo" de toda a democracia e que este ano pode ficar em 0,2% do produto, sendo que, para 2020, "como tudo indica", há a previsão de um "excedente orçamental", níveis de baixo desemprego que já não se conheciam em Portugal há muitas décadas, exportações e economia a crescerem, cenários que superaram em muito, como assinalou, as análises mais otimistas do próprio Governo.

Refutando por completo que a estratégia económica e financeira seguida pelo Governo possa ser classificada, ou sequer enquadrada, como "ortodoxia orçamental", o primeiro-ministro lembrou o reforço do investimento público, designadamente na saúde, "com mais médicos, mais enfermeiros e mais despesa", reconhecendo, contudo, que há ainda que continuar a reduzir os tempos de espera em saúde". Para o primeiro-ministro, é in-

desmentível que o Governo nestes quatro anos sempre procurou responder aos "problemas históricos" que se arrastaram anos, ou aos problemas pontuais ou "sazonais que vão ocorrendo", dando o exemplo do que o Executivo fez na passada semana quer com a "gestão do plano de férias das maternidades de Lisboa", quer com a ala pediátrica do Hospital São João. Sendo este último, para António Costa, um dos exemplos mais "impressionantes", uma vez que depois de ter estado mais de uma década sem qualquer solução, o Governo "foi capaz de elaborar e aprovar o novo projeto para o edifício", garantindo o financiamento, o que vai permitir o arranque das obras já "nas próximas semanas".

O primeiro-ministro referiu-se ainda aos dados da UNICEF, que declarou recentemente que Portugal tem, a par da Suécia, da Noruega, da Islândia e da Estónia, "uma das melhores políticas de apoio à família entre 31 países desenvolvidos". Um anúncio que se junta a um comunicado da União Europeia sobre inovação, onde são registados os progressos alcançados por Portugal nos últimos quatro anos, "colocando-nos mesmo como líderes nas PME inovadoras" e a "décimas de sermos reclassificados como um país fortemente inovador", tendo também a Comissão Europeia

referido Portugal como o Estado-membro da União Europeia que, no ano passado, "mais reduziu as emissões de CO2", uma redução que "foi mesmo o triplo da alcançada na média dos países da União Europeia".

## Quatro anos a cumprir com os portugueses

Na sua intervenção, António Costa fez questão de dar especial ênfase ao facto de ter havido uma grande "previsibilidade nas políticas" do Governo nos últimos quatro anos, considerando esta circunstância como um dos "fatores centrais" para que tivesse havido um grau elevado de confiança por parte dos investidores e, sobretudo, dos portugueses que deixaram de viver no "sobressalto quotidiano dos cortes nas pensões ou nos salários, na incerteza do aumento de impostos ou do encerramento de serviços, na incógnita dos orçamentos rectificativos ou na instabilidade do permanente conflito constitucional".

Para o chefe do Governo, foram quatro anos a "cumprir passo a passo os compromissos assumidos com os portugueses", com quatro orçamentos apenas e em "cada um deles cumprindo o calendário das medidas previstas e alcançado as metas que estavam estimadas".

Mas foram também quatro anos, como acrescentou, de

uma "sólida cooperação institucional do Governo com os outros órgãos de soberania, no "escrupuloso respeito pela independência da Justiça, das autonomias regionais e do poder local". Foram ainda, por outro lado, disse ainda António Costa, quatro anos em que "eliminámos todas as discriminações na lei em função do género, da identidade e da orientação sexual", quatro anos de "normalidade constitucional", sem um "único pedido de fiscalização preventiva", o que veio demonstrar que este Governo trabalhou "sempre em harmonia com a Constituição". Ou seja, frisou ainda, a estabilidade política, a previsibilidade das políticas, a normalidade institucional, o respeito da Constituição "são elementos fundamentais para o grande ganho desta legislatura que foi a recuperação da confiança", tese que é aliás, como lembrou, certificada pelos dados do eurobarómetro que apontam esta legislatura liderada pelo Governo do PS como "determinante para a recuperação da confiança dos portugueses no funcionamento da democracia", que duplicou dos 28% em finais de 2015 para os 64% de 2018.

## Mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade

António Costa referiu-se ain-

da ao facto de a economia portuguesa ter crescido, nestes quatro anos de governo socialista, nove pontos percentuais em termos reais, tendo retomado em 2017 e prosseguido em 2018 e 2019 um crescimento "superior à média da União Europeia", retomando assim, como aludiu, a "convergência interrompida no início deste século".

O líder socialista referiu ainda que o crescimento económico, como todos os cenários indicam, é sustentado sobretudo no investimento empresarial e "apoiado na elevada execução do Portugal 2020 e no aumento das exportações", realidade que "reforça a confiança" de que o crescimento vai poder continuar com os "ganhos de produtividade que o investimento induz e de competitividade que as maiores quotas de mercado demonstram".

Muitas outras foram as áreas abordadas nesta intervenção do estado da Nação, como o emprego, lembrando o primeiro-ministro que nesta legislatura foram criados 350 mil novos postos de trabalho, em "simultâneo com um aumento do rendimento médio mensal líquido dos trabalhadores de 8,2% e uma subida do salário mínimo nacional de quase 20%".

O líder do Governo lembrou ainda que nunca como nesta legis-





## CARLOS CÉSAR DESTACA A “LEGISLATURA DA CONFIANÇA”

**O Partido Socialista, que herdou um “país desbaratado, com os empresários desanimados e as famílias atingidas nas suas vidas por uma austeridade desumana”, não hesitou em “ajudar com urgência as famílias, ativar a economia e acrescentar empregos, salvar o sistema bancário, cuidar melhor das contas públicas, mesmo diminuindo componentes de impostos, como no IRS, no IRC ou no IVA, e mudar a imagem de Portugal”, salientou o presidente da bancada do PS, no Parlamento, durante o debate sobre o Estado da Nação.**

latura se aprovaram políticas que tivessem contribuído para uma maior igualdade, referindo a este propósito que houve “180 mil famílias que saíram da situação de risco de pobreza, e 382 mil famílias que se libertaram da situação de privação material severa”, sendo que o rácio que compara o rendimento dos 10% mais ricos com o dos 10% mais pobre, “reduziu-se para o valor mais baixo de sempre nas desigualdades”. Em suma, sustentou António Costa, mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade, provam que havia mesmo “mais vida para além do Orçamento”, sustentando que não foi a “destruição de direitos que gerou crescimento, nem o corte dos salários que criou emprego, que não foi também o enorme aumento de impostos que promoveu a igualdade, nem tão pouco foi a austeridade que permitiu que Portugal tivesse hoje contas públicas certas”, que permitiram, entre outros objetivos, “termos já em 2018 alargado a sustentabilidade da Segurança Social em mais de 22 anos”. “Mais crescimento, mais e melhor emprego e maior igualdade, com contas certas. É essa a chave da credibilidade que o país conquistou, e que é outro fator essencial para a confiança em Portugal”, afirmou.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

**SEGUNDO** Carlos César, “esta foi a legislatura da confiança”, uma vez que as famílias confiaram no Governo e viram “aumentar a rede do pré-escolar ou a distribuição gratuita dos manuais”, a “redução do valor máximo das propinas”, viram “aumentar o abono de família para as suas crianças e jovens, o complemento solidário e as pensões para os idosos, novos apoios para todas as pessoas com deficiência, o salário mínimo nacional, as taxas moderadoras reduzidas e o seu médico de família garantido”.

O Governo do Partido Socialista tomou decisões que fizeram com que muitos portugueses ganhassem “confiança, segurança e cidadania”, como “pôr termo à humilhação das mulheres por recorrerem à interrupção voluntária da gravidez, de proteção das vítimas do assédio no local de trabalho, da representação equilibrada de mulheres e homens nos órgãos da administração, ou da remoção da impossibilidade legal da adoção por casais do mesmo sexo”.

“Foi também uma legislatura com ganhos de confiança para as empresas e para os investidores, bem visíveis no indicador de clima económico, 70% acima do que se verificava em 2016, nas exportações, no investimento das empresas que atinge o nível mais alto desde 2010, ou na melhoria da situação da banca mais capacitada para apoiar a economia”, declarou.

Foi ainda priorizada a reforma da floresta, a revisão das bases da política do ordenamento do território, a descentralização de competências, as políticas de fixação de pessoas e empresas e de discriminação positiva para o interior, a reorganização da proteção civil e o combate aos fatores agravantes da situação de emergência climática.

“E não venha a direita dizer que também reporia rendimentos se estivesse no Governo”, alertou o líder parlamentar do PS, que lembrou que o anterior Executivo “não só não o fez na parte final do seu mandato, como até se preparava neste para diminuir 600 milhões de euros nas pensões dos portugueses”.

### PS não se deixou levar por facilitismos

O Partido Socialista sabe que os êxitos alcançados “não consolidaram ainda por inteiro as defesas que o país necessita para resistir a impactes extraordinários negativos, designadamente no âmbito da União Europeia – onde, aliás, passámos a ter uma voz mais ativa entre os Estados-membros”, admitiu Carlos César, que acrescentou que também “não decorreu o tempo suficiente para capitalizar todas as nossas empresas que no passado foram mais afetadas na sua robustez”, e que falta “tirar melhor proveito de recursos próprios e naturais, como o mar”. “Mas o caminho até agora feito foi extraordinário e o que temos a fazer é prosseguir”, defendeu. Assim, o presidente do Grupo Parlamentar do PS apontou que é preciso “reforçar as capacidades dos serviços públicos, investindo mais, mas, sobretudo, melhor, mobilizando sem preconceitos – no que ao interesse público aprouver – a colaboração da iniciativa privada, com prioridade em áreas cuja exaustão é mais notória, seja na saúde, seja noutros setores”.

Ainda é possível aprimorar a relação com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, garantiu o dirigente socialista, que referiu que os “enormes ganhos” conseguidos para as famílias “só serão duradouros se inseridos numa organização eco-

nómica e financeiramente sustentável”.

Por isso, “o PS não se deixou levar nesta legislatura por facilitismos irrazoáveis e orçamentalmente imponderados que deitariam tudo a perder, nem no futuro se deixará levar, certamente, por prodigalidades desconexas como algumas das já anunciadas pelos partidos da oposição nas suas promessas eleitorais”, assegurou.

### Últimos quatro anos foram o contrário do que direita previu

Num ataque à direita, Carlos César recorreu os que profetizavam na liderança do PSD “que o investimento cairia a pique”, que o emprego iria estagnar ou destruir-se, que os riscos orçamentais iriam ser exacerbados, que o Governo atiraria “a confiança pela janela fora”, ou aqueles que questionavam quem seria o investidor que acreditaria que o futuro está seguro. “A resposta, com o tempo, atropelou-o de forma clara: tudo o que aconteceu nestes quatro anos foi exatamente o contrário do que o PSD predisse”, reforçou.

Ora, “esta legislatura é também uma vitória sobre os que, como a líder do CDS, vaticinavam que desconfiariam do Governo atual as instituições independentes, nacionais e internacionais, a Comissão Europeia, o Eurogrupo e, por fim, os mercados financeiros, com os juros da dívida a subirem para níveis que já não conhecíamos”.

O líder parlamentar do PS congratulou-se por, “felizmente”, terem chegado “ao regaço da líder” centrista Assunção Cristas outras notícias, tais como “manifestações inequívocas de confiança de tudo quanto é instituição internacional de referência”. “E, quanto a juros, está-nos a parecer que será o CDS a pagá-los mais caros”, ironizou. ■ CATARINA CORREIA



## PS FAZ APROVAR NOVAS LEIS DE BASES DA SAÚDE E DA HABITAÇÃO

O Parlamento aprovou, em votação final global, a primeira Lei de Bases da Habitação do país, um processo que foi desencadeado pelo PS com a apresentação de um projeto de lei, em abril de 2018, da autoria da deputada Helena Roseta, sendo agora concretizado, em julho de 2019.

**O DIPLOMA** foi consensualizado entre os deputados do grupo de trabalho parlamentar da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades, no âmbito do processo de apreciação dos projetos de lei de PS, PCP e BE para a criação da Lei de Bases da Habitação, que suscitaram cerca de uma centena de propostas de alteração, apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares. PS, BE e PCP retiraram os seus projetos e trabalharam numa iniciativa comum. PSD e CDS votaram contra.

“O Estado é o garante do direito à habitação”, lê-se no diploma da Lei de Bases, indicando que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em con-

dições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Além da “efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos”, o diploma estabelece a função social da habitação, em que “os imóveis ou frações habitacionais detidos por entidades públicas ou privadas participam, de acordo com a lei, na prossecução do objetivo nacional de garantir a todos o direito a uma habitação condigna”.

Entre as medidas que compõem a Lei de Bases, destaca-se a criação do Programa Nacional de Habitação e da Carta Municipal de Habitação, assim como a proteção no despejo e a integração do direito à habitação nas políticas de erradica-

ção de pessoas em condição de sem-abrigo.

O acelerar, pelo Estado, dos processos judiciais de heranças indivisas que incluam bens imóveis com aptidão habitacional, a possibilidade da entrega da casa às instituições bancárias para extinguir a dívida no crédito à habitação e a regulação e fiscalização da atividade dos condomínios, são outras das medidas que integram a Lei. Após promulgação do Presidente da República, o diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação no Diário da República, dando um prazo de nove meses para adaptação da Lei de Bases da Habitação ao quadro legal e regulamentar.

### Luz verde à nova Lei de Bases da Saúde

A nova Lei de Bases da Saúde, proposta pelo Governo do PS, contemplando o primado da gestão pública no Serviço Nacional de Saúde, recebeu também a aprovação no Parlamento, em votação final global.

As bancadas do PS, BE, PCP, PEV, a que se juntaram o deputado do PAN e o deputado não inscrito Paulo Trigo Pereira, votaram a favor do articulado concertado na especialidade entre socialistas, bloquistas e comunistas, enquanto PSD e CDS, que viram chumbados os seus respetivos projetos, votaram contra.

“É um ato legislativo histórico e materialmente muito re-

levante a aprovação que hoje concluímos da Lei de Bases de Saúde - porque representa a revogação de uma Lei desadequada e com quase três décadas; porque representa a mudança de um postulado na obrigação de prestação de cuidados de saúde às pessoas; porque procede à sua conformação com os novos desafios; porque representa uma reafirmação dos princípios fundacionais do SNS, a que, mais do que quaisquer outros, estão ligados, na sua iniciativa pioneira em 1979, o Partido Socialista e o seu Presidente Honorário António Arnaut”, refere a declaração de voto de Carlos César, em nome do Grupo Parlamentar socialista. ■



## VITÓRIA NAS EUROPEIAS REPRESENTOU “VOTO DE CONFIANÇA” NO PS EXPRESSIVA, CLARA E INEQUÍVOCA

O Secretário-geral do PS agradeceu a todos os portugueses que votaram nas europeias de forma “expressiva, clara e inequívoca”, mostrando-se convicto de que este excelente resultado eleitoral traduz também “um voto de confiança no PS” e na política do Governo, tendo ainda elogiado o cabeça de lista, Pedro Marques.

**ANTÓNIO COSTA** falava ao final da noite eleitoral de 26 de maio, no Hotel Altis, em Lisboa, perante mais de duas centenas de militantes e de simpatizantes socialistas, tendo começado a sua intervenção por enaltecer a vitória do PS nas eleições para o Parlamento Europeu, facto que o levou a agradecer a todos os portugueses que de forma “expressiva e clara” deram o seu voto aos socialistas, garantindo que sentiu este resultado “como um voto de confiança” para prosseguir no Governo com as políticas que tão bons resultados têm trazido ao país e à vida das famílias.

Persuadido de que os portugueses, maioritariamente, “apoiam o projeto europeu”, António Costa salientou que, em democracia, “não há vencedores nem vencidos”, porque em democracia, como sustentou, “vencem sempre os democratas”, tendo ainda feito uma referência à elevada taxa de abstenção que, em sua opinião, coloca “a todos” uma responsabilidade acrescida para que se reflita sobre o que fazer ao longo dos próximos cinco anos, de modo a ajudar os que agora resolveram não ir votar que o façam e assim se “sintam parte integrante do projeto europeu”.

O líder socialista, depois de elogiar a Secretária-geral adjun-

ta, Ana Catarina Mendes, pela “mobilização extraordinária” dos socialistas nestas eleições europeias, alertou para o muito trabalho que ainda está por fazer para que parte significativa do eleitorado entenda que as escolhas que se fazem para a Europa são “tão importantes e decisivas como as que fazemos para as nossas freguesias, municípios e país”.

António Costa sustentou que, para além do “voto de confiança” que o PS recebeu nestas eleições, que “assumimos com humildade e profundo sentido de responsabilidade”, este re-

sultado não deve ser entendido “como um cheque em branco”, mas como uma exigência de maior “responsabilidade e de determinação” para “prossequirmos a mudança política iniciada há três anos e meio”.

O líder do PS teve ainda ocasião para elogiar os resultados obtidos nestas eleições europeias pelos parceiros de esquerda que suportam a atual solução governativa, classificados por António Costa como “um bom resultado”.

### Esmagadora derrota da direita

Depois de recordar que só “ra-

ras vezes é que um partido que se encontra no Governo conseguiu vencer eleições europeias”, António Costa defendeu que o dia de ontem trouxe à tona de água o que há muito todas as sondagens e análises políticas já o vinham afirmando de forma inequívoca: a direita em Portugal passa por uma inexorável crise política resultante de uma preocupante falta de propostas alternativas, algo que a derrota de ontem de PSD e CDS veio confirmar.

Com efeito, e ainda segundo António Costa, os resultados das eleições europeias trouxeram à direita e à extrema-direita europeia uma “esmagadora derrota”, referindo a este propósito o líder do PS que, dos 751 deputados ontem eleitos para o Parlamento Europeu, “apenas 57” pertencem ou integram partidos da extrema-direita, cenário que para o líder socialista e primeiro-ministro vem desmistificar os receios que existiam de um eventual resultado significativo dos partidos da extrema-direita na Europa, quando o que sucedeu, como salientou, foi uma “esmagadora vitória não da extrema-direita mas dos democratas e dos progressistas no Parlamento Europeu”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



**ANDRÉ BRADFORD (1970-2019)**

**RECÉM-ELEITO** deputado europeu, foi com profunda consternação e choque que todos os socialistas foram confrontados com a trágica notícia do falecimento do nosso camarada André Bradford, vítima de grave e súbito problema de saúde, pouco mais de um mês depois da sua tomada de posse. Destacado quadro do PS-Açores, eleito em quinto lugar na lista do PS ao Parlamento Europeu, como representante da Região Autónoma, os Açores foram sempre, até ao fim, a grande causa que moveu toda a sua vida política. Uma perda enorme, para o PS e para todos que com ele privaram, que nos convoca ao compromisso de sabermos estar à altura dos combates que travou. Até sempre, André. ■

### PS ELEGE NOVE EURODEPUTADOS

Para a nova composição do Parlamento Europeu, o PS elege nove eurodeputados, mais um do que em 2014.



Pedro Marques



Maria Manuel Leitão Marques



Pedro Silva Pereira



Margarida Marques



Sara Cerdas



Carlos Zorrinho



Isabel Santos



Manuel Pizarro



Isabel Estrada Carvalhais

## CONTINUAR A TRABALHAR PARA UM PORTUGAL MELHOR

ANA CATARINA MENDES



“ É agora o tempo de olhar para o futuro e para o desafio de 6 de outubro próximo, sem esquecer as eleições regionais da Madeira já no dia 22 de setembro. Continuar a trabalhar para um Portugal Melhor. Fazer ainda mais e melhor!

Caras e caros camaradas e amigos,

Mais um ano de governação a favor das pessoas. Chegamos ao fim desta legislatura com os compromissos cumpridos: com os portugueses, com os parceiros que no Parlamento

apoiaram este Governo e com as instituições europeias. Sim, foi possível cumprir!

Sim, foi possível aprofundar a democracia com a centralidade da ação política do Parlamento e com o respeito do Governo para com as pessoas. Para o PS, a ação política só

faz sentido se for para melhorar a vida das pessoas. Emprego, estabilidade política e contas certas, são marcas de uma governação que deve orgulhar os socialistas. Solidariedade e igualdade de oportunidades são valores que guiaram esta governação.

É agora o tempo de olhar para o futuro e para o desafio de 6 de outubro próximo, sem esquecer as eleições regionais da Madeira já no dia 22 de setembro. Continuar a trabalhar para um Portugal Melhor. Fazer ainda mais e melhor!

Com a confiança do trabalho

feito e a inquietude de continuar a trabalhar para melhorar a vida dos portugueses e no desenvolvimento do país, vamos à luta com entusiasmo para grandes vitórias.

Saudações socialistas.

ainda  
FAZER & MAIS  
E MELHOR



#PORTUGALMELHOR

# RENTRÉE POLÍTICA

## 31 DE AGOSTO | FUNCHAL | MADEIRA

### NÃO FALTE!

JUNTOS FAZEMOS PORTUGAL MELHOR

